ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

Ofício n.° 254/GP/20 Ouro Preto do Oeste - RO, 15 de junho de 2020.

À sua Excelência o Senhor
**Josimar Rabelo Cavalcante**
MD. Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
Nesta.

Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, Projeto de Lei n. 2570 de 15 de junho de 2020 que "*ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS* ".

Considerando a natureza da matéria, solicito que seja observado o regime de urgência.

Na oportunidade externamos nossos sinceros protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

***Vagno Gonçalves Barros***
***Prefeito Municipal***

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Protocolo nº 225/202
Recebido em 15/6/202
Às 12:15 Horas

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

Mensagem n.° 2366/2020

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honra-nos submeter a essa Câmara Municipal o Projeto de Lei n° 2570 de 15.06.2020 que "*ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*", a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

A solicitação no valor de **R$. 419.663,32** (Quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos), se faz necessário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, onde possa garantir tratamento estratégico para contenção do COVID-19.

Segue anexo Memo. n° 658/SEMSAU/2020 de 10.06.2020, Cópia do Diário Oficial, parecer da Contabilidade, Parecer Jurídico e Parecer da Coordenadoria do Controle Interno.

Sendo assim Senhores Vereadores, contamos com o elevado espírito público de Vossas Excelências na aprovação da presente matéria.

Ouro Preto do Oeste, 15 de junho de 2020.

**Vagno Gonçalves Barros**
**Prefeito Municipal**

# PROJETO DE LEI Nº 2570, DE 15 DE JUNHO DE 2020

*Autoriza o poder executivo a abrir no orçamento vigente, crédito adicional especial suplementar e da outras providências.*

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 419.663,32 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

| | | | |
|---|---|---|---|
| 194 | 10.302.0030.2045.0000 | MAC: Assist. Ambulatorial e Hosp., CAPS, TFD e Rede Cegonh | 169.663,32 |
| | 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | F.R.: 0 1 27 |
| | 1 | Recursos do Tesouro - Exercicio Corrente | |
| | 010 110 | FNS/BMAC | |
| 195 | 10.302.0030.2045.0000 | MAC: Assist. Ambulatorial e Hosp., CAPS, TFD e Rede Cegonh | 250.000,00 |
| | 3.3.90.39.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | F.R.: 0 1 27 |
| | 1 | Recursos do Tesouro - Exercicio Corrente | |
| | 010 110 | FNS/BMAC | |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

**Anulação (Art. 43 III lei 4.320/64):**

02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

| | | | |
|---|---|---|---|
| 190 | 10.302.0030.2040.0000 | Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENI | -82.488,31 |
| | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | F.R. Grupo: 0 128 |
| | 1 | Recursos do Tesouro - Exercicio Corrente | |
| | 010 103 | INVESTIMENTOS | |
| 355 | 10.302.0030.2045.0000 | MAC: Assist. Ambulatorial e Hosp., CAPS, TFD e Rede Cegonha | -223.833,40 |
| | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | F.R. Grupo: 0 328 |
| | 3 | Recursos do Tesouro - Exercicios Anteriores | |
| | 010 103 | INVESTIMENTOS | |
| 356 | 10.301.0031.2040.0000 | Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENI | -102.611,07 |
| | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | F.R. Grupo: 0 328 |
| | 3 | Recursos do Tesouro - Exercicios Anteriores | |
| | 010 103 | INVESTIMENTOS | |
| 362 | 10.302.0030.2040.0000 | Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENI | -10.730,54 |
| | 4.4.90.51.00 | OBRAS E INSTALAÇÕES | F.R. Grupo: 0 128 |
| | 1 | Recursos do Tesouro - Exercicio Corrente | |
| | 010 103 | INVESTIMENTOS | |

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

OURO PRETO DO OESTE, 15 de junho de 2020

VAGNO GONÇALVES BARROS
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE/RO**
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

MEMO Nº. 658/SEMSAU/2020
DA: SEMSAU
P/: SEMPLAF/DC
ASSUNTO: Abertura de Credito Especial
Em, 10 de junho de 2020.

Prezada Senhora,

Solicitamos elaboração de Projeto de Lei para a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes do fundo municipal de saúde proveniente de repasses federais conforme estabelecido na Lei Complementar nº.172/20 a transposição e a transferência de saldo financeiros que trata a referida lei se aplica somente durante a vigência do estado de calamidade pública de que trata o decreto legislativo nº6 de 20 de março 2020 para atender Enfrentamento da Emergência de saúde Nacional em razão da pandemia ocasionada pelo COVID- 19. Os valores serão aplicados conforme legislação vigente disciplinados pelos artigos 2º e 3º da Lei 141/2012.

| PROGRAMAÇÃO | ELEMENTO | FICHA | TRANSPOSIÇÃO | FONTE DE RECURSO |
|---|---|---|---|---|
| 10.302.0030.2045.0000 | 4.4.90.52.00 | 355 | 223.833,40 | FNS/Investimento |
| 10.301.0031.2040.0000 | 4.4.90.51.00 | 362 | 10.730,54 | FNS/Investimento |
| 10.301.0031.2040.0000 | 4.4.90.52.00 | 190 | 82.488,31 | FNS/Investimento |
| 10.301.0031.2040.0000 | 4.4.90.52.00 | 356 | 102.611,07 | FNS/Investimento |
| VALOR TOTAL | | | **419.663,32** | |
| **PROGRAMAÇÃO** | **ELEMENTO** | **FICHA** | **SUPLEMENTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 10.302.0030.2045.0000 | 3.3.90.30.00 | 194 | 169,663,32 | FNS/BMAC |
| 10.302.0030.2045.0000 | 3.3.90.39.00 | 195 | 250.000,00 | FNS/BMAC |
| VALOR TOTAL | | | **419.663,32** | |

Considerando a infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e o Ministério da Saúde declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana da doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), através da Portaria MS n° 188/2020; sendo destinado ao município o valor acima mencionado para custeio corona vírus(COVID-19) Considerando o Plano de Contingência Municipal de Enfrentamento à Doença pelo Coronavírus COVID-19, em que estão elencadas as responsabilidades sanitárias do ente Municipal, assim como também o elenco insumos e outros itens de suporte às condições básicas de higiene e desinfecção, necessários para assistência aos trabalhadores em saúde e à população em geral, que se prepara para um período de grandes transformações e consequências ainda incalculáveis em todos os setores da sociedade, especialmente a saúde pública;

Considerando a responsabilidade do Município pelo abastecimento de itens de primeiras necessidades para uso no âmbito do Hospital Municipal e demais unidades de saúde que integram o Sistema Municipal de Saúde, de forma a garantir a segurança do profissional de saúde , especialmente pela situação de emergência nacional em saúde pública, bem como garantir um tratamento estratégico para contenção do COVID-19, conforme as recomendações e protocolos do Ministério da Saúde, como medidas de prevenção de cuidados e sendo assim solicitamos abertura de projeto de lei para transposição de saldos para atender as necessidades da SEMSAU .

Adriano Braga Barbosa
Diretor de Planejamento do FMS

Cristiano Ramos Pereira
Ordenador de Despesas da SEMSAU
Port. 1242/0 de 15/10/2018

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/04/2020 | Edição: 73 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo


## LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam autorizadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes de seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde.

Art. 2º A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar serão destinadas exclusivamente à realização de ações e serviços públicos de saúde, segundo os critérios disciplinados pelos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e ficarão condicionadas à observância prévia pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios dos seguintes requisitos:

I - cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos específicos expedidos pela direção do Sistema Único de Saúde;

II - inclusão dos recursos financeiros transpostos e transferidos na Programação Anual de Saúde e na respectiva lei orçamentária anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada;

III - ciência ao respectivo Conselho de Saúde.

Art. 3º Estados, Distrito Federal e Municípios que realizarem a transposição ou a transferência de que trata o art. 1º desta Lei Complementar deverão comprovar a execução no respectivo Relatório Anual de Gestão.

Art. 4º Os valores relacionados à transposição e à transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar não serão considerados parâmetros para os cálculos de futuros repasses financeiros por parte do Ministério da Saúde.

Art. 5º A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei aplicam-se tão somente durante a vigência do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2020; 199 o da Independência e 132 o da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**
*Paulo Guedes*
*Luiz Henrique Mandetta*

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

| Recursos | | | Catgo | Especificação | Dotac Atualizada | Reservado | Empenhado | Saldo Dotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FICHAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | | |
| | | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | |
| | | PODER EXECUTIVO | | | | | | |
| 06 | | SECRETARÍA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | |
| 0600 | | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | |
| | | Saúde | | | | | | |
| 301 | | Atenção Básica | | | | | | |
| 301 | 0031 | Programa Mais Saúde | | | | | | |
| 56 | 010.103 | INVESTIMENTOS | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 235.718,07 | 0,00 | 133.107,00 | 102.611,07 |
| TAL ORÇAMENTARIO | 10 301 0031 2040 0000 | | | Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENIT. | **235.718,07** | **0,00** | **133.107,00** | **102.611,07** |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | | | | | **235.718,07** | **133.107,00** **0,00** | | **102.611,07** |

| Ficha | Recursos | | Catgo | Especificação | Dotac Atualizada | Reservado | Empenhado | Saldo Dotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FICHAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | | |
| **10** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **02** | **PODER EXECUTIVO** | | | | | | | |
| **02 06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **020600** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **10** | **Saúde** | | | | | | | |
| **10 302** | **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** | | | | | | | |
| **10 302 0030** | **Programa Mais Assistência** | | | | | | | |
| **355** | 010.103 | INVESTIMENTOS | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 235.718,80 | 0,00 | 11.885,40 | 223.833,40 |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | **10 302 0030 2045 0000** | | | **MAC: Assist. Ambulatorial e Hosp., CAPS, TFD e Rede Cegonha** | **235.718,80** | **0,00** | **11.885,40** | **223.833,40** |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | | | | | **235.718,80** | **11.885,40** **0,00** | | **223.833,40** |

# PREFEITURA MUN. OURO PRETO DO OESTE

PRAÇA DA LIBERDADE, 1156

04380507/0001-79

Exercício: 2020

## Quadro Detalhamento Despesa - Atualizado



| Ficha | Recursos | | Catgo | Especificação | Dotac Atualizada | Reservado | Empenhado | Saldo Dotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **FICHAS ORÇAMENTÁRIAS** | | | | | | | | |
| **10** | | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | |
| **02** | | **PODER EXECUTIVO** | | | | | | |
| **02 06** | | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | |
| **020600** | | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | |
| **10** | | **Saúde** | | | | | | |
| **10 302** | | **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** | | | | | | |
| **10 302 0030** | | **Programa Mais Assistência** | | | | | | |
| **362** | 010.103 | INVESTIMENTOS | 4.4.90.51.00 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 110.000,00 | 0,00 | 99.269,46 | 10.730,54 |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | **10 302 0030 2040 0000** | | | **Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENIT.** | **110.000,00** | **0,00** | **99.269,46** | **10.730,54** |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | | | | | **110.000,00** | **99.269,46** | **0,00** | **10.730,54** |

| Ficha | Recursos | | Catgo | Especificação | Dotac Atualizada | Reservado | Empenhado | Saldo Dotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **FICHAS ORÇAMENTÁRIAS** | | | | | | | | |
| **10** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **02** | **PODER EXECUTIVO** | | | | | | | |
| **02 06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **020600** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | |
| **10** | **Saúde** | | | | | | | |
| **10 302** | **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** | | | | | | | |
| **10 302 0030** | **Programa Mais Assistência** | | | | | | | |
| **190** | 010.103 | INVESTIMENTOS | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 82.488,31 | 0,00 | 0,00 | 82.488,31 |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | **10 302 0030 2040 0000** | | | **Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENIT.** | **82.488,31** | **0,00** | **0,00** | **82.488,31** |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | | | | | **82.488,31** | **0,00** | **0,00** | **82.488,31** |

| Ficha | Recursos | | Catgo | Especificação | Dotac Atualizada | | Reservado | | Empenhado | Saldo Dotação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FICHAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | | | | | | | |
| **10** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | | | |
| **02** | **PODER EXECUTIVO** | | | | | | | | | |
| **02 06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | | | |
| **020600** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | | | | |
| **10** | **Saúde** | | | | | | | | | |
| **10 301** | **Atenção Básica** | | | | | | | | | |
| **10 301 0031** | **Programa Mais Saúde** | | | | | | | | | |
| **356** | 010.103 | INVESTIMENTOS | 4.4.90.52.00 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 235.718,07 | | 0,00 | | 133.107,00 | 102.611,07 |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | **10 301 0031 2040 0000** | | | **Atenção Básica Saúde: PSF, PACS, PMAQ, S. BUCAL e S. PENIT.** | **235.718,07** | | **0,00** | | **133.107,00** | **102.611,07** |
| TOTAL ORÇAMENTARIO | | | | | **235.718,07** | **133.107,00** | **0,00** | **102.611,07** | | |

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA - SEMPLAF

Do: Deptº de Planej. e Orçamento/ Deptº Contabilidade
Interessado: Câmara de Vereadores de Ouro Preto do Oeste
Assunto: PARECER CONTÁBIL/ORÇAMENTÁRIO

Em análise ao Processo nº 1357/2020, verifica-se que a Secretaria Municipal de Saúde –SEMSAU solicitou conforme Memo. n. 658/SEMSAU/2020 de 10.06.2020, amparada pela Lei Complementar n. 172/20, para a transposição de recursos provenientes de repasses federais para utilização no enfrentamento da emergência da saúde, conforme Art. 2º, II

II – Inclusão dos recursos financeiros transpostos e transferidos na Programação anual de Saúde e na respectiva Lei orçamentária anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada;

O Orçamento será reduzido/alocado nas programações abaixo.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| PROGRAMAÇÃO | ELEMENTO DE DESPESA | REDUÇÃO | SUPLEMENTAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 10.302.0030.2045.0000 | 44.90.52.00 | 223.833,40 | |
| 10.301.0031.2040.0000 | 44.90.51.00 | 10.730,54 | |
| 10.301.0031.2040.0000 | 44.90.51.00 | 82.488,31 | |
| 10.301.0031.2040.0000 | 44.90.52.00 | 102.611,07 | |
| 10.302.0030.2045.0000 | 33.90.30.00 | | 169.663,32 |
| 10.302.0030.2045.0000 | 33.90.39.00 | | 250.000,00 |
| **TOTAL** | | **419.663,32** | **419.663,32** |

Sendo assim somos favoráveis à continuidade do presente processo.

Ouro Preto do Oeste, 10 de Junho de 2020.

\\

Carmelinda T. da Silva
Contadora

# PARECER Nº 21/2020

ORIGEM: SEMSAU
SOLICITAÇÃO: SEMPLAF
OBJETIVO: Abertura de crédito adicional suplementar
Processo nº 1357/2020
DESTINO: SEMPLAF
Em, 10/06/2020

Veio a esta Coordenadoria do Sistema de Controle Interno para análise no que diz respeito a abertura de crédito adicional suplementar para atender a Secretaria Municipal de Saúde, com a justificativa de que há necessidade de transposição de recursos provenientes de repasses de recursos federais para utilização no enfrentamento da pandemia Corona vírus - Covid19, em conformidade com o inciso II do artigo 2º da Lei 172/2020.

O parecer técnico do Setor Contábil quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do projeto, foi favorável.

O crédito suplementar destina-se ao reforço de dotação já existente, pois são utilizados quando os créditos orçamentários são ou se tornam insuficientes. Sua abertura depende da prévia existência de recursos para a efetivação da despesa, sendo autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Cabe ressaltar que a lei orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite.

Por crédito adicional, entende-se as autorizações de despesa não computada ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, como se verifica na Lei 4.320/64, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", nos artigos que abaixo se transcreve:

> ***"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. "***
>
> ***"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***
>
> ***I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;***
>
> ***II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;***

***"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. "***

***"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.***

***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:***

***I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;***

***II - os provenientes de excesso de arrecadação;***

***III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;***

***IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.***

***§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.***

***§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.***

***§ 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. "***

Acrescento ainda, que o art. 42 da Lei Federal n. 4.320/64 exige que os créditos adicionais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo, ou seja, a matéria do projeto de lei deve ser autorizativa e a abertura do crédito, por meio de decreto.

A presente análise tem por objetivo a verificação da regularidade do projeto para efeitos de encaminhamento ao Poder Legislativo que, preliminarmente foi analisado pelo setor contábil, dependendo ainda de parecer jurídico, razão pelo qual estará apto ao prosseguimento.

LUCINEI FERREIRA DE CASTRO – Coordenadora do CSCI

Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste

**PARECER JURÍDICO Nº. 954 /2020**

**AUTOS Nº 1357/2020**
**ORIGEM: SEMSAU**
**INTERESSADO: SEMPLAF**
**OBJETO: PROJETO DE LEI/ ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**
**DATA: 10/06/2020**

Trata o presente, de solicitação de análise em relação à matéria que tem por objetivo receber autorização legislativa para que o executivo municipal proceda a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento corrente, com objetivo de atender as necessidades da SEMSAU.

A justificativa esclarece que seja disponibilizado orçamento para que a Secretaria Municipal de Saúde possa concluir despesas relacionada a pandemia ocasionada pelo COVID-19, com a justificativa de que há necessidade de transposição de recursos provenientes de repasses de recursos federais para utilização no enfrentamento da pandemia Corona vírus - Covid19, em conformidade com o inciso II do artigo 2º da Lei 172/2020.

O parecer técnico do Setor Contábil quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do projeto, foi favorável.

O crédito suplementar destina-se ao reforço de dotação já existente, pois são utilizados quando os créditos orçamentários são ou se tornam insuficientes. Sua abertura depende da prévia existência de recursos para a efetivação da despesa, sendo autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Cabe ressaltar que a lei orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite.

Por crédito adicional, entende-se as autorizações de despesa não computada ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, como se verifica na Lei 4.320/64, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", nos artigos que abaixo se transcreve:

> ***"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. "***
> ***"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:***
> ***I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;***
> ***II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;***
> ***III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. "***
> ***"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. "***

***"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.***
***§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:***
***I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;***
***II - os provenientes de excesso de arrecadação;***
***III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;***
***IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.***
***§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.***
***§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.***
***§ 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. "***

Acrescento ainda, que o art. 42 da Lei Federal n. 4.320/64 exige que os créditos adicionais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo, ou seja, a matéria do projeto de lei deve ser autorizativa e a abertura do crédito, por meio de decreto.

Em face do exposto, de acordo com as informações contábeis que é favorável à abertura do crédito, o prosseguimento para a elaboração e consequente encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo para apreciação, é possível.

É o parecer, S.M.J.

**RAQUEL JACOB DO NASCIMENTO TREVIZANI**
**ASSESSORA JURÍDICA**
**Portaria nº 12762 de 09 de Julho de 2019**